

Declaração sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo

1. Informação Administrativa

Nome:

Bano Regional do Keve, S.A.

Morada:

Avenida Ho Chi Min, Empreendimento Comandante Gika, Garden Towers 12º Andar

Código SWIFT:

BRDKAOLU

Estatuto jurídico:

Sociedade anónima de capitais exclusivamente privados

Accionistas de referência (superiores a 20%):

Ver em Anexo Lista de Accionistas

Regulador:

Banco Nacional de Angola

www.bna.ao

Nº de Licença da Instituição de Crédito:

047

Auditores Externos:

Deloitte

Contacto:

Helena Morais, Gabinete de *Compliance*

Morada: Avenida Ho Chi Min, Empreendimento Comandante Gika, Garden Towers 12º Andar
Luanda, Angola

Telef: +244 222 394 100

Móvel: +244 932 917 643

Fax: +244 222 395 101

E-mail: helena.isabel.morais@bancokeve.ao

2. Regulamentação Nacional e Internacional considerada Relevante

Regulamentação Internacional:

- 40 Recomendações do FATF/GAFI, sobre o branqueamento de capitais, elaboradas em 1990 e revistas em 1996, 2003, 2004 e 2012 (constituem um quadro avançado, completo e consistente de medidas de combate ao branqueamento de capitais);



- IX Recomendações Especiais do FATF/GAFI, sobre o financiamento do terrorismo, elaboradas em 2001 e actualizadas em 2004 (estabelecem os princípios básicos para detectar, prevenir e eliminar o financiamento do terrorismo e, consequentemente, os actos terroristas);
- Acordo de Basileia II de Junho 2006;
- Acordo de Basileia III de Dezembro 2010;
- Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Regulamentação Nacional:

- Decreto Presidencial nº 35/11 da Criação da U.I.F. (Unidade de Informação Financeira) de 15 de Fevereiro;
- Lei nº 12/15 Lei de Base das Instituições Financeiras de 17 de Junho;
- Lei nº 02/12 da Designação e Execução de Actos Jurídicos Internacionais de 12 de Janeiro;
- Directiva nº 01/DSI/2012 Comunicação de Operações Suspeita BC/FT;
- Directiva nº 02/DSI/2012 Identificação e Comunicação de Pessoas, Grupos e Entidade Designadas de 05/2012;
- Directiva nº 03/DSI/2012 Identificação e Comunicação de Pessoas, Grupos e Entidade Designadas de 07/2012;
- Directiva nº 5/2012 do Banco Nacional de Angola quanto a Pessoa e Grupos Designados de 08 de Maio;
- Lei nº 34/11 do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo de 12 de Dezembro;
- Lei nº 2/14 de 10 de Fevereiro Lei Reguladora das Revistas, Buscas e Apreensões;
- Lei nº 3/14 de 10 de Fevereiro Lei sobre a Criminalização das Infracções Subjacentes ao Branqueamento de Capitais;
- Aviso nº 22/12 do Banco Nacional de Angola acerca dos Procedimentos de Identificação e diligência do cliente;
- Lei nº 19/17 de 25 de Agosto – Lei sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo.
- Outra legislação ou regulamentação em vigor que seja aplicável à actividade do Banco não elencada;



- Recomendações da A.B.A.N.C. – Associação Angolana de Bancos.

3. Medidas de Prevenção e Repressão do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

Nas Políticas de *Compliance* em vigor encontram-se definidas as políticas e procedimentos que asseguram que as operações são realizadas de acordo com a legislação nacional respectiva, no que diz respeito ao branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Encontram-se implementadas políticas e procedimentos internos de *compliance*, nomeadamente quanto a controlo interno, avaliação baseada no risco e auditoria, de forma a prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

O Banco Keve (Banco) tem um programa de Prevenção e Repressão do BC/FT que identifica, mitiga e gere o risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo. O programa foi aprovado pelo seu Conselho de Administração e está a ser implementado em todas as suas agências.

O Banco aplica os seguintes princípios às suas políticas e procedimentos:

Conhecimento e Monitorização do Cliente: o Banco tem políticas e procedimentos internos que asseguram o cumprimento do dever de identificação dos seus clientes e efectua, com recurso à aplicação informática de suporte, a monitorização das transacções realizadas pelos seus clientes que são filtrados com regularidade por confronto com listagens relevantes para identificação de sancionados/ designados e PEP's.

Pessoas Politicamente Expostas (PEP's): O Banco monitoriza de forma reforçada as transacções em que os clientes ou os beneficiários efectivos sejam PEP's.

Contas Anónimas ou Numeradas: o Banco não fornece aos seus clientes contas anónimas ou numeradas.

Monitorização de Operações Suspeitas: é efectuada pelos funcionários do Banco e, também, por uma aplicação informática, através de uma abordagem baseada no risco.

Comunicação de Operações Suspeitas: o Banco tem políticas e procedimentos internos de forma a cumprir a sua obrigação legal de comunicar à Unidade de Informação Financeira as operações suspeitas de configurarem a prática dos crimes de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.

Comunicação de transacções bancárias relevantes nas contas e verificação das transferências: o Banco comunica as operações bancárias relevantes superiores a USD 15.000 ou equivalente noutra moeda, à Unidade de Informação Financeira. Os detalhes das operações de transferência (IMT – International Money Transfer) como o nome do ordenante e do beneficiário e morada são verificados contra as listas internacionais.

Avaliação das transferências contra as listas internacionais: O Banco tem uma solução informática para filtrar as transferências recebidas e enviadas contra as listas da EU, UN, FATF e OFAC agregadas na base *WorldCompliance*.



Banca de Correspondência: o Banco implementou procedimentos de diligência baseados no risco que incluem o conhecimento da natureza do negócio do correspondente, a sua licença para operar, a qualidade da sua gestão, propriedade e controlo efectivo e respectivas políticas de Prevenção do BC/FT. Adicionalmente, é efectuado um contínuo acompanhamento das contas dos correspondentes. O estabelecimento de relações de correspondência bancária com entidades de alto risco está condicionado à deliberação do Conselho de Administração.

Bancos de Fachada: O Banco não se relaciona com bancos de fachada, tal como definido na Lei nº 34/2011 do Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Auditoria Independente e Revisão da Função Compliance: a Auditoria Interna tem programas de auditoria de avaliação da função *Compliance* e o cumprimento de todas as políticas e procedimentos operacionais relacionados com a prevenção e repressão do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Os programas de auditoria e de *Compliance* são aprovados pelo Conselho de Administração.

Formação: é ministrada formação de Prevenção e Repressão do BC/FT a todas as unidades, em especial às da rede comercial, sobre a detecção e o processo de comunicação de operações suspeitas.

Conservação de Documentos: os documentos relativos à identificação dos clientes, bem como os comprovativos de transacções (em formato papel, ou qualquer outro), são conservados pelo período de 10 anos após a sua realização, mesmo quando a relação comercial tenha já cessado.

4. Questionário Wolfsberg

O Banco adoptou o *Wolfsberg AML Questionnaire* que se encontra disponível mediante solicitação e publicado no seu *site* e no *Bankers Almanac*.

O Banco Keve declara que todas as informações constantes na presente declaração são verdadeiras pelo que é assinada de boa - fé.

Compliance Officer



Helena Morais

Administrador



Victor Cardoso